

APRESENTAÇÃO

Este número da Revista NUANCES – Estudos sobre Educação é voltado ao tema “Política Educacional”. Entendemos que as profundas mudanças que têm ocorrido nas duas últimas décadas nas políticas educacionais têm levado os diversos atores da área educacional, especialmente os professores, a buscar cada vez mais subsídios teóricos para se posicionar frente a estas mudanças e influir sobre elas de uma forma positiva. E os pesquisadores e militantes da área educacional têm buscado fornecer estes subsídios, apesar do fato de que ainda existe no Brasil uma distância muito grande entre o que é produzido na academia e aquilo que chega efetivamente a esse grande número de atores da área educacional, especificamente os professores. Os textos aqui reunidos se inserem neste esforço de oferecer subsídios úteis e relevantes para a reflexão e a ação dos agentes educacionais.

O texto que abre esta coletânea aborda um tema absolutamente central hoje, o da “Qualidade em Educação”, título, aliás, do artigo. Nele, Carlos Roberto Jamil Cury discute este tema considerando as suas dimensões filosófica e legal, e aborda a relação entre qualidade e avaliação enfatizando o fato de que as avaliações realizadas têm apresentado resultados preocupantes, que indicam ausências, falhas e distorções nos conteúdos (não) alcançados nas formas de aprendizagem. Para apontar caminhos para a superação desta situação, trabalha a questão do direito ao saber e o papel dos professores, assim como pontos referentes ao financiamento da educação. Por fim, procura delinear caminhos para efetivar o direito à qualidade.

Ainda dentro da temática da qualidade, Dermeval Saviani, no artigo “O dilema produtividade-qualidade na Pós-graduação”, para discutir o dilema produtividade-qualidade na educação, aborda o significado da pós-graduação e o modelo de pós-graduação implantado no Brasil e aponta que o aumento da qualidade se revela compatível com o aumento da produtividade no âmbito da produção material, mas não no âmbito de atividades nas quais o produto não é separável do ato de produção. Por fim, ressignifica o dilema produtividade-qualidade e constrói estratégias que podem ser acionadas na luta por uma produção qualitativamente relevante na pesquisa e na pós-graduação em educação.

Em seguida, dois textos discutem políticas do ensino superior.

Suely Ferreira e João Ferreira de Liveira, no artigo “As reformas da Educação Superior no Brasil e na União Européia e os novos papéis das universidades

públicas” analisam o processo de constituição dos novos papéis sociais que estão sendo requeridos das universidades públicas no contexto da reforma da educação superior no Brasil e na União Européia, desde os anos 1990, tendo por base o cenário de internacionalização desse nível de ensino, que coloca em debate a necessidade de reconfiguração das universidades públicas, em consonância com as aceleradas transformações decorrentes da reestruturação produtiva do capitalismo global. Destacam ainda as novas demandas econômicas e o novo *modus operandi* da produção do conhecimento, bem como mudanças nos critérios de relevância e de pertinência social.

Maria Aldair Gomes e Antonio Bosco de Lima, no artigo “Programas alternativos de ingresso na Educação Superior como política educacional focalizada”, interpretam a concepção dos alunos de uma escola pública da cidade de Uberlândia/MG sobre os programas seriados alternativos de ingresso na Educação Superior da Universidade Federal de Uberlândia e constataam que pouco se avançou no processo de democratização educacional, sobretudo quando voltamos nosso olhar para a realidade vivenciada pelos alunos do período noturno.

A parceria entre a Universidade e os espaços da Educação Básica, na busca da melhoria da escola, é o tema dos dois artigos seguintes.

Mario Martín Bris e Yolanda Muñoz Martínez, no artigo “Um modelo organizacional para a melhoria da escola: participação e cooperação” apresentam o projeto de colaboração entre a Escola Primária e o Departamento de Didática da Universidade de Alcalá, que tinha o objetivo de desenvolver estratégias de melhoria da qualidade de ensino, com base na auto-avaliação, reflexão e compromisso de toda a comunidade com a Educação, buscando melhores formas de atender à diversidade dos alunos, e procuram tirar lições mais gerais deste projeto.

No artigo “Responsabilidades educacionais dos municípios e o compromisso da universidade com a qualidade da educação: uma experiência em andamento”, Yoshie Ussami Ferrari Leite, Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi, Vanda Moreira Machado Lima, Camila Aparecida Ortiz, Douglas Gonçalves de Paula, Gabriela Reginato de Souza e Mônica Almeida Cabrera apresentam reflexões sobre o novo papel dos sistemas municipais de educação e relatam uma pesquisa realizada junto a professores do município de Regente Feijó. Buscam, assim, captar suas representações sociais a respeito de escola pública e aluno e levantar necessidades formativas dos professores, a fim de construir junto aos municípios processos de formação contínua adequados à consolidação de suas redes

na perspectiva de uma educação de qualidade. Dessa forma, trabalha-se para criar uma parceria que procura efetivar o compromisso social da universidade e fornecer aos municípios condições de cumprir adequadamente com suas novas funções como sistema educacional.

Nos dois artigos seguintes são discutidas políticas para a educação básica.

Carlos Roberto Jamil Cury e Luiz Antonio Miguel Ferreira, no artigo “Obrigatoriedade da educação das crianças e adolescentes: uma questão de oferta ou de efetivo atendimento?”, analisam a questão da obrigatoriedade da educação às crianças e adolescentes com idade de 4 a 17 anos e a questão de quem é a responsabilidade por essa obrigatoriedade: de oferta, pelo poder público, ou de obrigação de frequência, sobretudo de adolescentes no ensino médio. Apresentam algumas considerações a respeito do que fazer em caso de infrequência, quem será responsabilizado e se é o caso de responsabilização. Por fim, abordam especificamente alguns temas relacionados a esta obrigatoriedade educacional.

José Luís Sanfelice, no artigo “A política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos”, discute a política educacional deste Estado, durante os mandatos de Mário Covas, Geraldo Alckmin, Cláudio Lembo e José Serra, e aponta que a perspectiva ideológica que dominou a política educacional durante estes governos do PSDB foi o neoliberalismo, com predominância da lógica do mercado. Para sustentar esta afirmação, são analisadas as principais ações e medidas do governo estadual neste período.

As políticas para a educação no campo são abordadas nos dois artigos que se seguem.

Ana Paula Leivar Brancaloni e José Marcelino de Rezende Pinto, no artigo “A construção do projeto político-pedagógico das escolas do campo do município de Araraquara”, analisam o processo de elaboração e implementação de um projeto político-pedagógico para as escolas do campo deste município, tendo como foco uma das escolas atendidas, através de um estudo qualitativo de cunho etnográfico. Constatam mudanças no âmbito da organização comunitária, que apontam para o caráter pedagógico da participação no movimento de luta pela educação que desejam. Notam também um processo de resignificação, por parte dos sujeitos, da própria identidade comunitária enquanto assentados de um projeto de reforma agrária, bem como uma participação mais efetiva dos mesmos no cotidiano e organização da escola. Observam, ainda, modificações nos indicadores da escola, havendo um aumento no sucesso escolar dos alunos, bem como a redução a zero do índice de evasão, além da diminuição do absenteísmo de professores.

Lourdes Helena da Silva, no artigo “Concepções e práticas de alternância na Educação do campo: Dilemas e Perspectivas”, busca apresentar um panorama das experiências de alternância em curso na nossa sociedade, identificando as concepções que orientam seus projetos pedagógicos. Busca, ainda, em diálogo com a produção teórica da área, apresentar as características de práticas de alternâncias existentes, de maneira a analisar alguns dos desafios vivenciados por essas experiências educativas na consolidação da educação e da escola do campo.

Finalmente, três artigos sobre políticas ligadas à formação docente e o impacto de políticas educacionais sobre o trabalho docente fecham este número da revista.

Tarso B. Mazzotti, no artigo “Instituindo significados de “trabalho docente” por meio de dissociação de noções”, parte da idéia de que qualquer definição de “trabalho docente” decorre de alguma comparação (com alguma das profissões liberais, com os postos de trabalho em geral, etc.) e expõe algumas dessas comparações para esboçar uma revisão conceitual para originar argumentos mais pertinentes a respeito do trabalho docente, através de uma análise do corpus discursivo do debate contemporâneo acerca deste tema. Explicita o uso da técnica argumentativa “dissociação de noções” que estabelece a divisão de uma noção usual em dois termos, em que o segundo é apresentado como o pleno de qualidades e o primeiro como o que não as possui, estabelecendo uma hierarquia entre seus significados.

No artigo “A figura do cidadão republicano na escola secundário: mito ou utopia no trabalho de qualificação escolar?” José Manuel Vieira Soares Resende reflete sobre as políticas públicas educacionais em Portugal com base em pesquisas realizadas entre 2005 e 2010 em diferentes escolas do Ensino Secundário, que focalizam o olhar dos professores sobre a construção da figura do cidadão realizada pelo processo de socialização política. Nota que a entrada da cultura juvenil na escola colide com a cultura escolar, e esta colisão se reflete no processo de redução das desigualdades escolares e na questão das resistências dos alunos em relação à aquisição dos saberes, e ainda que se torna cada vez mais difícil a conciliação entre o trabalho escolar e o caráter convivencial trazido para o estabelecimento de ensino pela cultura juvenil. Conclui que todos estes confrontos tornam o trabalho docente mais complexo, pois está cada vez mais assente por experiências escolares adversas, de um lado, e, desafiantes, do outro lado.

Maria do Céu Roldão, no artigo “A função curricular da escola e o papel dos professores: políticas, discurso e práticas de contextualização e diferenciação curricular”, mostra que as políticas curriculares desde o último quartel do século XX têm vindo a acentuar

a reorientação dos locais de decisão curricular em resultado da complexidade dos contextos e populações que a universalidade da escolarização trouxe para o interior da escola nas sociedades democráticas. Tal reorientação acentua as pressões quer no sentido da contextualização e diferenciação quer no reforço de um núcleo curricular comum corporizado nos chamados currículos nacionais, que a autora examina a dois níveis: no plano macropolítico e no plano praxiológico.

Ao final desta apresentação, ressaltamos uma vez mais a relevância do tema e esperamos que os textos aqui apresentados, além de servir como um referencial que se constitua como subsídio para novas pesquisas na área, possam ser usados efetivamente para a reflexão e a ação mais consciente dos atores da cena educacional na busca de uma melhor Educação para todos neste país.

Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi

Yoshie Ussami Ferrari Leite

Organizadores